



obituários

Beatriz Maria Alasia de Heredia: conhecimento e política como compromissos

Henry Trindade Barretto Filho

Universidade de Brasília – Brasil

O compromisso não está no tema.
Assim, não há temas nobres, em si;
a nobreza está no rigor dispensado ao tratamento,
e na medida em que se está sempre discutindo
o lugar de onde o antropólogo o trabalha.
O compromisso com a atitude de conhecimento
foi o que fez com que os que assim pensamos tivéssemos
- e eu, em determinados momentos de minha vida -
a possibilidade de vincular o compromisso social
com o compromisso com o conhecimento,
sem que este fosse desqualificado
(Heredia, 2005a:96).

Assim como Beatriz Heredia decidiu trabalhar em Antropologia e iniciou sua vida profissional na Argentina a partir de uma experiência como assistente de pesquisa de um velho professor americano, foi ela a responsável direta por eu ter escolhido a Antropologia no longínquo ano de 1986 – o último da minha graduação em Ciências Sociais no IFCS/UFRJ. Este necrológio, portanto, não pode ter outro tom que o pessoal e afetivo, o da memória e reconhecimento pelos aprendizados compartilhados por essa pessoa luminosa e intensa com quem tive a oportunidade de conviver no período em que ela se consolidava como antropóloga brasileira – que coincidiu com meus “anos de formação”.

Conheci Beatriz no primeiro semestre letivo de 1984 como professora da primeira disciplina obrigatória de teoria antropológica no currículo da graduação, ocasião na qual lemos integralmente *Os Nuer* e quase todos os artigos de *A Interpretação das Culturas*. Na ocasião, eu iniciava estudos de fotografia, sonhando emular Pierre Verger, e uma vez tentei capturar o magnetismo que Beatriz já exercia sobre nós em sala de aula – sem sucesso. À época, conforme soube pouco depois, ela ainda era doutoranda em Antropologia Social no Museu Nacional, sob a orientação

do igualmente saudoso professor Castro Faria, e vivia permanentemente no Brasil há oito anos.

Beatriz já tinha uma significativa trajetória de vida no Brasil, pois veio para o Rio de Janeiro em 1971 cursar o mestrado no recém recém-instituído PPGAS do Museu Nacional, que concluiu em 1976, entre idas e vindas à Argentina e às zonas canavieiras de Alagoas e Pernambuco, onde fez seu trabalho de campo. Em seguida, em 1979, entrou por concurso no IFCS/UFRJ. Seu retorno em 1976, contudo, tornou-se definitivo, pois se deu dois dias antes do golpe que instituiu o terrorismo de estado na Argentina. Como ela narrou, quase 30 anos depois: “nos instalamos em Rio de Janeiro y, aunque entonces no lo sabia, ya en forma permanente” (Heredia, 2005b:5). Refugiando-se da ditadura em seu país de origem, Beatriz foi acolhida no grupo de pesquisa sobre campesinato do Museu, que se tornou sua segunda casa, e se (re)construiu como cidadã e acadêmica plenas no Brasil. Segundo ela mesma, em “una situación liminal, desde un área fronteriza pues, aunque argentina, soy una antropóloga brasileña. [...] El espacio en Argentina fue interrumpido, me fue una vez [1971] y tuve que irme después [1976]” (:2).

Em março de 1986, início do meu último ano letivo no IFCS, nos reencontramos um dia nas suas escadarias. Beatriz me cumprimentou, segurou-me pelo braço e interpelou-me: “Não vi o seu nome entre os candidatos à seleção de monitores de ensino de graduação. As inscrições se encerram hoje. Você vai agora na secretaria se inscrever, pois, se for selecionado, vai trabalhar comigo”. Ela foi tão categórica – um predicado muito seu, como discerni mais tarde – que eu nem pestanejei. Os detalhes desse processo seletivo renderiam uma história à parte. Cabe lembrar que as universidades também estavam se reconstruindo no país naquele momento. Se, por um lado, ainda tínhamos aulas com militares (Estudos de Problemas Brasileiros, por exemplo, era ministrada por um sargento do Exército) e havia olheiros na turma (como o Ari, que nunca escondeu isso de ninguém); por outro, oportunidades estavam começando a se (re)institucionalizar, como as bolsas de monitoria e de iniciação científica – que, pela primeira vez em anos, voltavam a ser oferecidas por meio de processos seletivos. Fato é que fomos três os selecionados para sermos monitores: eu de Beatriz, Sidnei Peres (hoje Professor Titular do ICHF/UFF) de Marie-France Garcia e Rogério Victor de Marco Antonio Mello. Em nossa primeira reunião de trabalho, ela sugeriu que nos apresentássemos a um grupo de pesquisa recém-formado no Museu Nacional que estava recrutando estagiários. Foi assim que Sidnei, Rogério e eu nos integramos ao Projeto Estudo sobre Terras Indígenas

no Brasil (PETI), coordenado por João Pacheco de Oliveira e Antonio Carlos de Souza Lima.

Foi, portanto, no meu último ano de graduação, como seu monitor de ensino, que convivi com e pude conhecer melhor Beatriz. Ela estava concluindo sua tese de doutorado, que defendeu naquele ano e foi publicada em livro dois anos depois (Heredia, 1988) – que, ao autografar, me ofereceu “pelos encontros passados e futuros”. Cheguei a assumir integralmente algumas aulas das disciplinas que ela ministrou em 1986, seja porque ela precisava se ausentar para se dedicar à tese, seja porque ela viajava para acompanhar os dissídios coletivos dos trabalhadores dos engenhos da região em que pesquisava. Beatriz também militava ativamente no movimento docente. Lembro da igualmente querida professora Maria das Graças Augusto, da Filosofia, comentar comigo sobre como Beatriz sempre se colocava de modo qualificado, coerente e incisivo nas assembleias da AdUFRJ, e que ela sempre esperava pela intervenção de Beatriz para se posicionar.

No convívio cotidiano com ela, entendi – e espero ter aprendido – o que era uma profissional comprometida, tanto com a atitude de conhecimento rigorosa, quanto com os direitos e o destino dos grupos com os quais trabalhamos – aprendizado que prossegui no PETI. Beatriz foi, para muitos da minha geração, um referencial de profissional antropóloga plena, e as oportunidades que ela generosamente abria para seus alunos me fizeram desviar da Ciência Política para a Antropologia. Tal como seus professores na Argentina e no Brasil haviam introduzido Beatriz “en un habitus y en una forma de cuestionamiento”: “aprendimos el hábitus de hacer investigación haciéndola”, “que la investigación se enseña en la práctica” (Heredia, 2005b:7-8); com ela e os pesquisadores aos quais ela me apresentou, aprendi a valorizar “el modelo artesanal de investigación”(8). Antropologia, para mim, era o que ela e essas pessoas encarnavam. Sua abertura e generosidade como docente, e a relação simétrica que tinha com monitores e alunos deixaram marcas indelévels em todos que convivemos com ela.

Essa influência só fez se aprofundar, pois voltei a ser seu aluno no mestrado no Museu Nacional, em um memorável curso sobre sociedades camponesas que Beatriz e Moacir Palmeira – seu orientador no mestrado – ministraram no primeiro semestre letivo de 1988. Foi nesse curso que logramos entender o significado das obras do grupo de pesquisadores reunidos no Museu para a constituição dos estudos de campesinato no país, em especial os trabalhos de Beatriz: sobre o cálculo e a racionalidade econômicas do campesinato vinculado à *plantation*, e a

família como unidade de produção e consumo, que levava a estudar o campesinato enquanto sistema econômico específico (a inspiração chayanoviana de *A Morada da Vida* – Heredia, 1979); e sobre a complexidade dos distintos sistemas de dominação e a multiplicidade das relações de dominação – violenta, simbólica, em distintas escalas (expressa em *Formas de Dominação e Espaço Social* – Heredia, 1988).

Nos afastamos quando a vida me levou para Manaus, em 1990, e me trouxe para Brasília, em 1994, período este que coincide com a diversificação de interesses de pesquisa de Beatriz (destacando-se sua participação no Núcleo de Antropologia da Política, a extensa investigação sobre impactos dos assentamentos de reforma agrária no Brasil e as pesquisas “Sociedade e Economia do Agronegócio” com Moacir Palmeira e “Ambientalização de Conflitos Sociais” e “Movimentos Sociais e Esfera Pública”, com José Sérgio Leite Lopes – estas duas importantíssimas para o meu próprio trabalho) e com sua experiência profissional em consultorias e assessorias para diversos organismos internacionais, e em organizações da sociedade civil (como Diretora do Greenpeace para a América Latina, elaborando a política de trabalho e dirigindo os afazeres do conjunto de escritórios para toda a região) – sobre a qual ela escreveu um instigante texto (Heredia, 2005a). Ultimamente, Beatriz coordenava o Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov) do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, do qual foi vice-diretora. Ela fez tudo isso, mais recentemente, já lutando contra uma doença pulmonar obstrutiva crônica, que, salvo pelos períodos de internação, em momento algum pareceu ter reduzido a sua vitalidade.

Em seu período ongueiro, compartilhamos alguns momentos de ativismo e militância socioambiental nos bastidores do poder constituído em Brasília e em manifestações de organizações do movimento social e da sociedade civil. Lembro-me de um almoço em Brasília, num intervalo dessas atividades, quando eu, professor da UnB licenciado para o doutorado na FFLCH/USP, ouvi dela, com aquele sotaque e entonação característicos: “Aproveita rapaz. É o melhor período da nossa vida”. Tentei seguir este seu conselho e aqueles que ela dava sem saber, pela intensidade com que fazia tudo com o que se comprometia – compromisso que, segundo ela mesma, é uma categoria central para entender sua vida, trajetória e obra.

Como disse alguém, que já não lembro, em outra homenagem póstuma, Beatriz foi uma “mulher aguerrida e apaixonada pela antropologia e pelo Brasil”. Quiçá tal paixão, intensidade e o fato de ter encontrado aqui sua outra casa expliquem o impacto que podem ter tido nela o resultado das eleições presidenciais de 2018 –

com o prenúncio de um novo período autoritário – e o incêndio no Museu Nacional. Pouco mais de um mês depois, ela nos deixou.

Em maio de 2004, retornando à Universidade Nacional de Córdoba, onde se formou em História, em 1964, Beatriz proferiu, como homenageada, a conferência de abertura do VI Congresso Argentino de Antropologia Social. Na ocasião, ela se perguntou: “¿cómo mantener el rigor científico sin excluir el compromiso político?”; “¿cómo ser militante manteniendo al mismo tiempo el rigor científico?” (Heredia, 2005b:11). Não exageraria ao responder que Beatriz respondeu com sua própria vida a essas perguntas. Falando de sua trajetória, ela notou que, como tantos outros, nós “representamos a muchas otras personas, algunas de las cuales están acá con nosotros [...], y otros que aunque ya no están más entre nosotros, también formaron parte de ese mundo y hoy están presentes en el recuerdo y en su obra” (2005b:2-3). É desse modo que a trajetória de Beatriz, marcada pelo compromisso simultâneo com o rigor acadêmico e as lutas políticas na defesa de direitos, se faz hoje presença constante em nossas vidas.

Recebido: 09/02/2019

Aprovado: 17/02/2019

Henry T. Barretto Filho é Doutor em Antropologia Social (FFLCH/USP, 2001) e Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, onde também colabora no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável. ORCID: 0000-0003-3845-9936 Contato: henyo.barretto@gmail.com

Referências bibliográficas

HEREDIA, Beatriz M. A. 1979. *A Morada da Vida: trabalho familiar entre pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

_____. 1988. *Formas de Dominação e Espaço Social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq.

_____. 2005a. Um Antropólogo numa ONG: algumas reflexões sobre prática acadêmica e prática

política. *Revista de Ciências Sociais*, v. 36, n. 1/2, pp. 89-96. [Republicado em SILVA, Glauca (org.). *Antropologia Extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15, 2008. pp. 87-98.]

_____. 2005b. Ethos y Habitus en Antropología. Reflexiones a partir de una trayectoria. *Avá - Revista de Antropología* (Universidad Nacional de Misiones, Argentina), n. 6, pp. 1-15. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=169021465001>.

Kenneth Iain Taylor (1934–2019)

Alcida Rita Ramos

Universidade de Brasília - Brasil

Em setembro de 1962, quando cheguei pela primeira vez à porta da secretaria do departamento de antropologia na Universidade de Wisconsin, encontrei Ken Taylor. Nós não sabíamos, mas aquela nossa troca de olhares iria se transformar numa relação de mais de vinte anos. Duas décadas de convivência incluíram longas viagens pelas estradas americanas, prolongado trabalho de campo na floresta amazônica, convivência acadêmica na Universidade de Brasília, autoexílio na Grã-Bretanha e muita, muita conversa. Estudantes, viajamos pelos Estados Unidos, excursionamos de caiaque pelos lagos fronteiriços com o Canadá, envolvemo-nos em protestos contra a Guerra do Vietnam, enfim, vivemos plenamente os anos 1960. Pelas estradas, para passar o tempo, espantar o sono e reavivar a memória da pátria, a Escócia, Ken me brindava com cantigas, aventuras, folclore de família e de amigos e chistes com riqueza de detalhes em alguns dialetos britânicos. Foi assim que assimilei o inglês profundo e pelo qual nunca deixo de lhe ser grata.

Como eu, Ken era estudante de pós-graduação. Ao contrário de mim, sempre fascinada pela Amazônia, ele acalentou o sonho permanente de voltar à Groenlândia. Tendo cursado arquitetura em Glasgow, sua cidade natal, e depois em Copenhague, escolheu estudar antropologia guiado pelo fascínio e experiência com caiaques que o levaram a um verão encantado entre os Inuit. Pelo resto da vida, embalou a expectativa de lá voltar. Nunca conseguiu. Por razões alheias à sua vontade, foi obrigado a mudar os planos de fazer a pesquisa de doutorado na Groenlândia. Embora imensamente frustrado, precisava de uma alternativa de pesquisa. Entrei eu com um plano B e a proposta de irmos para a Amazônia estudar os então quase desconhecidos Yanomami. Para meu alívio, escapei de passar um ano inteiro no congelamento ártico. Optamos por viver entre os Sanumá, o subgrupo Yanomami mais setentrional, já na fronteira do Brasil com a Venezuela. Para alguns deles, fomos os primeiros *setenabi* (“brancos”) que viram na vida. Ficamos com eles cerca de 23 meses, indo de uma aldeia para outra, aprendendo a língua e partilhando o seu cotidiano, à velha moda malinowskiana de fazer pesquisa de campo. Um intervalo de alguns meses quebrou essa rotina etnográfica para que Ken se curasse de uma hepatite na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Naturalmente, mudança tão drástica teve efeitos colaterais. Embora dedicado à etnografia Sanumá (Taylor 1974, 1976, 1977a, 1977b, 1981, 1996) e ao ensino no recém-criado PPGAS da Universidade de Brasília, em 1972, Ken nunca se sentiu à vontade nos trópicos nem na academia. Desempenhava bem suas funções de professor e pesquisador, mas sua vocação não estava aí. Faltava-lhe ação. Já doutor pela Universidade de Wisconsin, tendo lecionado no primeiro semestre de 1972 no Museu Nacional, e membro do corpo docente da Universidade de Brasília, a partir do segundo semestre daquele, Ken refletia sobre o futuro dos Yanomami. Ainda poupados de invasões e outras vicissitudes do contato interétnico que assolavam a grande maioria dos povos indígenas da Amazônia, seria apenas uma questão de tempo antes que fossem atingidos pelo inevitável. Prevendo isso, Ken elaborou o “Plano Yanoama”, primeiro projeto de proteção aos Yanomami e apresentou à Funai. Como seria de esperar, naquele momento, caiu em ouvidos moucos.

A ditadura militar reinava no país. No entanto, em meados dos anos 1970, houve um ensaio de abertura política que chegou à Funai na figura de seu presidente, o General Ismarth Araújo de Oliveira. Era o tempo do avanço esmagador do Estado sobre os povos indígenas da Amazônia, com a construção de estradas, mineração, projetos agroindustriais. Apesar da censura de imprensa, começavam a espalhar-se notícias aterradoras de massacres, mortes em massa por doenças infecciosas, atos generalizados de violência contra indígenas, muitas vezes, brutalmente arrancados do isolamento.

Foi então, a partir de 1974, que o General Ismarth convocou antropólogos para elaborar e dirigir projetos destinados a assistir povos indígenas severamente atingidos pelo impacto dos megaprojetos militares. Ávidos por participar dessa abertura e pôr seus conhecimentos antropológicos a serviço dos indígenas com quem conviviam, vários antropólogos puseram mãos à obra. João Pacheco de Oliveira dedicou-se aos Tikuna no oeste do estado do Amazonas, David Price aos Nambiquara de Rondônia, Peter Silverwood-Cope aos povos do Alto Rio Negro no Amazonas, Iara Ferraz e Vincent Carelli aos Gaviões do Pará, Gilberto Azanha e Elisa Ladeira aos Krahó de Tocantins. De 1975 a 1976, Ken Taylor, já mobilizado pela experiência de poucos anos antes, elaborou e dirigiu um desses projetos, do qual Bruce Albert e eu participamos: o Projeto Perimetral-Yanoama, em Roraima (Taylor 1979b), iniciativa pioneira na luta pela demarcação oficial da Terra Indígena Yanomami, lograda apenas em 1992. Menos de um ano depois de iniciado, o Projeto Perimetral-Yanoama foi cancelado pela recusa explícita dos militares a ver um estrangeiro atuando

na fronteira. Naquele momento, as razões implícitas foram apenas parcialmente desveladas. Foi somente em meados da década de 1980 que novos elementos (por exemplo, o advento do Projeto Calha Norte, menina dos olhos dos militares) permitiram compreender melhor aquela reação contra o Projeto Perimetral-Yanoama (os detalhes esclarecedores estão no livro de Rubens Valente, *Os fuzis e as flechas*, Companhia das Letras, 2017, cap. 12. Cicatriz). Os outros cinco projetos tiveram o mesmo destino, mesmo aqueles dirigidos por brasileiros.

O auge da insatisfação de Ken veio com a invasão do campus da UnB pelos militares em 1977. Morávamos na Colina, conjunto de apartamentos para professores dentro do *campus*, e passávamos pelo dissabor de ter que mostrar documentos na barreira militar para poder chegar em casa. Pior ainda, vários de nossos alunos foram presos na ocasião. Indignado com o exacerbado autoritarismo que reinava no Brasil, Ken recusou-se a permanecer aqui. Demitimo-nos da UnB e fomos para a Escócia. Lá, na remota região vizinha do Loch Ness, vivemos cerca de quatro anos, tempo em que nos engajamos na campanha pela demarcação das terras Yanomami. No início dos anos 1980, Ken ligou-se à Survival International e coordenou o seu escritório em Washington, D.C. por mais de uma década. Trabalho empolgante, diretamente ligado à defesa de direitos indígenas, levou-o a lidar com situações extremas de abusos interétnicos. Desempenhou essa função com compromisso política e ética inabaláveis. Mas também essa atividade ficou aquém dos seus anseios existenciais.

Tomou então a decisão radical de começar um outro tipo de vida na comunidade de Twin Oaks, na Virgínia, Estados Unidos. Produzir seus próprios meios de subsistência dava-lhe imensa satisfação. Tornou-se uma espécie de patriarca de Twin Oaks. Nos últimos anos, surpreendeu a muitos colegas com o trabalho minucioso, exaustivo e altamente sensível sobre as técnicas de caça com caiaque desenvolvidas pelos Inuit da Groenlândia (<https://kayakgreenland1959.wordpress.com/>). Stephen Corry, por muitos anos diretor de Survival International em Londres e amigo de longa data, escreveu em nota para o boletim da Survival: “Postou a última entrada três dias antes de morrer. Ken foi um grande amigo com um enorme senso de humor. Era totalmente destemido e vivia uma existência frugal como um eremita, embora gostasse muito de whisky (escocês, naturalmente)”.

A frustração de toda uma vida por nunca mais ter voltado à sonhada paisagem de Illorsuit Ken transformou em primorosa peça antropológica, magnífico legado de um mundo encantado ao mundo acadêmico que, afinal, ele prestigiou. Terminado o trabalho, não restou mais nada.

Textos selecionados de Kenneth I. Taylor

- 1974 *Sanuma fauna: Prohibitions and classifications*. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales.
- 1977a Raiding, dueling and descent group membership among the Sanumá. In *Actes du XLII^e Congrès International des Américanistes*, II, pp. 91-104. Paris: Société des Américanistes.
- 1977b Sistemas de classificação e a ciência do concreto. *Anuário Antropológico*/76: 121-148.
- 1979a Body and spirit among the Sanumá (Yanoama) of north Brazil. In *Spirits, shamans, and stars* (David. L. Browman e Ronald A. Schwarz, comps.), pp. 201-222. Haia: Mouton.
- 1979b Development against the Yanoama: The case of mining and agriculture. In *Yanoama in Brazil 1979* (Alcida Rita Ramos and Kenneth I. Taylor, orgs.), pp. 43-98. Document 37. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA).
- 1981 Knowledge and praxis in Sanuma food prohibitions. In *Food taboos in Lowland South America* (Kenneth M. Kensinger e Waud H. Kracke, orgs.), pp. 24-54. Bennington, Vermont: Working Papers on South American Indians.
- 1996 A geografia dos espíritos. O xamanismo entre os Yanomami setentrionais. In *Xamanismo no Brasil. Novas perspectivas* (E. Jean Langdon, comp.), pp. 117-151. Florianópolis: Editora UFSC.

Recebido: 13/05/2019

Aprovado: 20/05/2019

Alcida Rita Ramos é Professora Emérita da Universidade de Brasília e Pesquisadora 1A CNPq. Dedicou-se à pesquisa empírica entre os Sanumá, subgrupo Yanomami e atualmente desenvolve o projeto “Indigenismo Comparado”, focalizando Brasil, Argentina e Colômbia. Além de uma centena de artigos, publicou, entre outros livros, *Sanumá Memories: An Ethnography in Times of Crisis* (1995), *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil* (1998), ambos pela University of Wisconsin Press, e organizou o volume *Constituições Nacionais e Povos Indígenas* (2012), publicado pela Editora da UFMG. ORCID: 0000-0002-1107-9688. Contato: alcidaritamos@gmail.com

INSTRUÇÕES PARA AUTORAS

O Anuário Antropológico aceita para publicação textos inéditos em português, inglês, francês ou espanhol, sob a forma de artigos, entrevistas, conferências, ensaios visuais e bibliográficos e resenhas de livros e filmes, para além de outras contribuições que possam ser do interesse do público da revista. As contribuições serão recebidas em fluxo contínuo e a pertinência para publicação será avaliada pela Equipe Editorial (no que diz respeito à adequação ao perfil e linha editorial do periódico) e por pareceristas *ad hoc* (no que diz respeito ao conteúdo específico e qualidade das contribuições) em regime de anonimato.

Toda a comunicação e envio de textos/ensaios ao Anuário Antropológico deve ser feita unicamente por e-mail: revista.anuario.antropologico@gmail.com

Os textos devem seguir as normas do periódico:

1. Artigos devem ter até 8.000 palavras, incluindo notas de rodapé e bibliografia. Devem vir acompanhados de resumo (até 200 palavras), título e palavras-chave no idioma original e em inglês.

2. Ensaios bibliográficos devem ter até 5.000 palavras, contar com a referência completa do livro ou livros comentados.

3. Resenhas de livros e filmes devem ter até 1.500 palavras e contar com a referência completa do livro ou filme resenhado. Livro e filme devem ser recentes, com até três anos de publicação para nacionais e até cinco anos para os internacionais. As resenhas não devem receber título nem conter notas fora do texto. As referências bibliográficas devem vir ao final. Além de resumir e apresentar a obra, a resenha deve necessariamente trazer também um ponto de vista crítico sobre a mesma.

4. Ensaios visuais com 6 a 18 imagens devem ter formatos que combinem textos e imagens relacionadas a processos etnográficos de pesquisa, ensino ou extensão. Devem conter um texto (com até 2.500 cce) que apresente o contexto e o processo técnico e metodológico de produção do ensaio, legendas (com no máximo 400 cce) e os créditos das imagens (autoria,

local e ano de produção). As imagens podem ser fotos, desenhos, ilustrações, colagens ou pinturas. As imagens devem ser enviadas em formato .jpg, .gif ou .png, com 1.2M e 300dpi, nomeadas sequencialmente de acordo com a ordem de exposição da seguinte forma: sobrenome_nome da autora_01 etc. Também devem ser encaminhados uma proposta de layout de apresentação do ensaio e a autorização de uso das imagens, conforme formulário específico do periódico.

5. Entrevistas com até 6.000 palavras devem ser inéditas e dar destaque a importantes debates da Antropologia contemporânea. Deve haver um claro fio condutor com, por exemplo: o tema de pesquisa atual da entrevistada, a relação entre sua biografia e carreira na Antropologia, o lançamento de seu novo livro, inovações no ensino de antropologia, o amadurecimento de um conceito etc. A entrevistada pode ser brasileira ou não, a condução pode ser feita por uma ou mais entrevistadoras.

6. Conferências nacionais ou internacionais de até 6.000 palavras podem ter sido proferidas na abertura ou encerramento de eventos no Brasil ou no exterior. Uma conferência lança ideias novas, aponta caminhos criativos e insuspeitos, problematiza e desnaturaliza questões, envolve e provoca a audiência. Guarda, naturalmente, um tom um pouco mais oralizado, a marca de estilo de sua autora.

Todos os textos devem seguir a formatação de espaço 1,5, letra Calibri, tamanho 12. As notas devem vir no rodapé do texto e em fonte Calibri, tamanho 10. Os textos e ensaios devem ser submetidos sem a identificação da autora ao longo do corpo do texto e nas referências bibliográficas, sendo as autocitações e referências substituídas pela palavra AUTORA.

No momento de submissão do texto, é necessário incluir as seguintes informações: nome completo da autora, nome completo da instituição de origem (e não sigla), cidade, país, ORCID e email. No caso de coautoria: as autoras devem, ao final do texto, explicitar as tarefas que cada uma assumiu para a elaboração do mesmo.